

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA	
CESC	
N.º ÚNICO	343274
ENTRADA/N.º	68 DATA 05/02/2010



**Bloco de Esquerda**

*Grupo Parlamentar*

**Requerimento**

*Se efeito.*  
*Aprovado subscrito*  
*o Presidente LUSA*  
*10.2.17*

**Exmo. Senhor Presidente**

**da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura,**

Em meados de Janeiro a RTP noticiou que a Agência Lusa vai encerrar, ao longo de 2010, as delegações de Faro, Coimbra e Évora. A informação teve origem em declarações do próprio presidente do Conselho de Administração da agência de notícias estatal.

O objectivo principal desta medida seria, de acordo com o próprio director, Afonso Camões, canalizar os actuais custos com as instalações naqueles locais para "mais jornalistas, mais meios e mais tecnologia" para noticiar a realidade das respectivas regiões.

A concretizar-se esta medida a Lusa irá manter apenas, fora da região de Lisboa, delegações no Porto e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve entretanto conhecimento de que o director da delegação de Coimbra já foi despedido, tendo-lhe este despedimento sido comunicado por telefone e sem aviso prévio.

Enquanto serviço público noticioso a Agência Lusa está vinculada ao cumprimento de determinadas regras e obrigações na elaboração noticiosa, entre as quais está a produção de "um serviço de notícias global, sobre os mais relevantes factos da actualidade nacional e internacional, (...) do desenvolvimento regional e local, (...) susceptível de contribuir para a informação dos cidadãos e o exercício da cidadania e para a promoção da coesão nacional".

Nos termos da cláusula quarta do "Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público" celebrado entre o Estado e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de Julho de 2007, são obrigações da Lusa inerentes à prestação do serviço noticioso e informativo de interesse público "manter delegações, delegados, ou correspondentes em todos os distritos e regiões autónomas de Portugal" (...) "nomeadamente delegações ou delegados no Porto, Coimbra, Évora, Faro e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira", assim como "correspondentes em todos os distritos do país".

No âmbito deste mesmo contrato a Lusa “pode alterar a sua rede de delegações, delegados, ou correspondentes no país ou no estrangeiro” sempre que, “por razões editoriais, e com a verificação de regras de boa gestão, tal se revele indispensável à qualidade do serviço de interesse público que lhe compete prestar”. No entanto, refere o mesmo acordo, que “as alterações na rede de delegações, delegados ou correspondentes” (...) carecem de acordo prévio com o Estado e constarão do relatório de actividades”.

O Bloco de Esquerda considera que a decisão anunciada pelo director da Lusa contraria as obrigações de serviço público expressas nos seus estatutos e missão, e rejeita que na base destas alterações possam estar objectivos meramente economicistas.

O desinvestimento e abandono, em termos de recursos humanos e meios técnicos, a que se irá votar grande parte das regiões do continente, são incompatíveis com a responsabilidade que a Lusa detém no acompanhamento informativo do desenvolvimento regional e local, e na referida promoção da coesão nacional.

O Bloco de Esquerda manifesta a sua preocupação perante este processo que parece estar já em marcha de privatização desta agência noticiosa.

O Governo não pode ser alheio a esta decisão já anunciada, até porque a mesma terá importantes implicações na estrutura de funcionamento da própria agência noticiosa.

A gravidade desta situação exige que a Assembleia da República, através da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, possa obter esclarecimentos sobre estes factos por parte do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, vem requerer o agendamento urgente de uma audição sobre este assunto, com o Ministro dos Assuntos Parlamentares, na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

Assembleia da República, 5 de Fevereiro de 2010

A Deputada do Bloco de Esquerda,



(Catarina Martins)